

Serabi Mineração S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da

Serabi Mineração S.A

Itaituba - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serabi Mineração S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis matérias e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serabi Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

SERABI MINERAÇÃO S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em Reais)**

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.368.408	13.241.054	Empréstimos e financiamentos	10	30.995.409	31.882.353
Contas a receber de clientes	5	135.566.051	130.833.337	Fornecedores	11	12.000.362	9.922.945
Estoques	6	40.946.193	32.779.295	Obrigações trabalhistas e sociais	12	11.116.700	10.759.696
Impostos a recuperar	7	2.240.823	2.921.767	Obrigações tributárias		3.189.895	2.271.718
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	3.462.347	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	422.890	3.092.953
Adiantamentos		3.981.521	2.609.047	Arrendamento mercantil		176.232	175.429
Total circulante		200.565.343	182.384.500	Total circulante		57.901.488	58.105.094
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	7	22.204.902	22.858.213	Empréstimos e financiamentos	10	727.190	4.368.240
Depósitos judiciais		87.756	-	Obrigações tributárias		12.086.411	13.461.160
Mutuos a receber	13	55.002.940	46.902.940	Mutuos a pagar	14	11.564.926	12.443.625
Tributos difendidos	24	8.586.697	5.554.974	Dividendos a pagar	13	50.827.807	43.544.861
Realizável a longo prazo		85.882.295	75.316.127	Provisão para contingência	16	4.745.588	5.679.196
				Provisão para reestruturação ambiental	17	12.103.880	6.294.869
Imobilizado	8	179.290.061	171.643.971	Outro passivos		2.341.627	2.279.624
Intangível	9	69.626.916	69.196.109	Arrendamento mercantil		-	176.232
Total não circulante		334.799.272	316.156.207	Total não circulante		94.397.429	88.247.807
Total do ativo		535.364.615	498.540.707	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	149.599.063	149.599.063
				Reserva Legal	18	10.700.592	9.167.339
				Reserva de lucros	18	222.766.043	193.421.404
				Total do passivo e patrimônio líquido		383.065.698	352.187.806
				Total do passivo e patrimônio líquido		535.364.615	498.540.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	19	272.243.514	279.463.783
Custo dos produtos vendidos	20	(197.427.368)	(218.538.101)
Resultado bruto		74.816.146	60.925.682
Despesas administrativas e gerais	21	(20.142.624)	(27.907.742)
Outras (despesas) receitas operacionais	22	(2.626.681)	(2.704.043)
		(22.769.305)	(30.611.785)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		52.046.841	30.313.897
Receitas financeiras	23	28.353.777	38.339.839
Despesas financeiras	23	(41.752.242)	(56.505.532)
		38.648.376	12.148.204
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		38.648.376	12.148.204
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social corrente	24	(3.519.261)	(4.597.670)
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social diferido	24	3.031.723	3.529.864
		(487.538)	(1.067.806)
Resultado do exercício		38.160.838	11.080.398
Lucro por ação (R\$ por milhares de ações)		255	74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	38.160.838	11.080.398
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>38.160.838</u>	<u>11.080.398</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	149.599.063	8.810.864	61.273.638	125.554.807	-	345.238.372
Resultado do exercício	-	-	-	-	11.080.398	11.080.398
Reserva - lucro exploração	-	-	3.950.889	-	(3.950.889)	-
Reserva Legal	-	356.475	-	-	(356.475)	-
Dividendos a distribuir aprovados	-	-	-	-	(1.693.258)	(1.693.258)
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-	(2.437.706)	(2.437.706)
Reserva de Lucros	-	-	-	2.642.070	(2.642.070)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.599.063	9.167.339	65.224.527	128.196.877	-	352.187.806
Resultado do exercício	-	-	-	-	38.160.838	38.160.838
Reserva - lucro exploração	-	-	7.495.801	-	(7.495.801)	-
Reserva Legal	-	1.533.253	-	-	(1.533.253)	-
Dividendos a distribuir aprovados	-	-	-	-	(7.282.946)	(7.282.946)
Reserva de Lucros	-	-	-	21.848.838	(21.848.838)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	149.599.063	10.700.592	72.720.328	150.045.715	-	383.065.698

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	38.648.376	12.148.204
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciações, amortizações e exaustões	15.903.940	19.823.512
Baixa ativo imobilizado e intangível	5.623.916	546.830
Ajuste inventário de estoques	(269.255)	(1.264.583)
Provisão para contingência	(871.605)	5.541.570
Variação cambial líquida não realizada	9.778.118	7.695.401
Variação cambial empréstimos e financiamentos	(279.673)	74.152
Provisão de multas e juros não realizados	-	4.150.083
Provisão para reestruturação ambiental	-	84.774
Provisão para ociosidade	5.040.097	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.687.631	1.711.379
Juros sobre arrendamento	26.174	41.301
	76.287.719	50.552.623
Redução/(Aumento líquido) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(15.649.352)	(5.948.906)
Estoques	(12.937.740)	1.696.184
Impostos a recuperar	(680.944)	5.160.667
Depósitos judiciais	(87.755)	46.274
Adiantamentos	(1.538.629)	2.731.450
	(30.894.420)	3.685.669
(Redução)/Aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	2.338.810	(3.643.817)
Obrigações trabalhistas e sociais	357.004	(279.434)
Obrigações tributárias	(456.575)	(4.113.075)
	2.239.239	(8.036.326)
Juros pagos nas operações de arrendamento	(26.174)	(41.301)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.062.491)	(617.491)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.189.324)	(5.384.740)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.354.549	40.158.434
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizados	(21.488.901)	(37.191.909)
Aquisição de intangíveis	(2.684.533)	(4.074.471)
Mutuos a receber concedidos	(8.100.000)	(23.770.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(32.273.434)	(65.036.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	25.915.000	25.000.000
Pagamento de empréstimos	(30.788.461)	(5.187.947)
Mutuos obtidos pagos	(878.697)	-
Pagamento de arrendamento	(201.603)	(169.070)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(5.953.761)	19.642.983
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.127.354	(5.234.963)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.241.054	18.476.017
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.368.408	13.241.054
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.127.354	(5.234.963)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Serabi Mineração S.A (“Companhia”) tem por objeto social e atividades preponderantes a pesquisa e extração de minérios e minerais, mineração, compra, venda, beneficiamento, processamento, refino, importação, exportação, comércio, transporte de minério, minerais e metais, e equipamentos de mineração, representação em outras entidades, nacionais ou não, por conta própria ou de terceiros, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; e desenvolvimento e intermediação de negócios associados à mineração. A Companhia é controlada pelo grupo Serabi Mining (Gold) PLC sediado em Londres.

A Companhia iniciou suas operações de extração de minérios no exercício 2006 com a Mina Palito.

Em 2023 a Companhia iniciou uma parceria com a Vale, por meio de sua subsidiária Salobo Metais S.A. O acordo teve como objetivo principal o desenvolvimento dos alvos de cobre descobertos previamente pela Serabi a realização de pesquisa mineral para descoberta de depósitos de cobre e ouro dentro do complexo de áreas da Serabi. Para atingir os objetivos propostos a Vale financiou o programa de exploração proposto de US\$ 5,0 milhões.

Os resultados do trabalho estão sendo avaliados pelos times Vale e Serabi, seguindo o cronograma previamente acordado. As análises iniciais já indicam a descoberta de pelo menos mais 4 alvos para cobre e outros para ouro que justificam os valores empregados. Estas descobertas, como anteriormente falado, estão sendo avaliadas e a continuidade do programa de exploração montada para desenvolvimento desses novos alvos.

Em 2023 foram feitas atualizações dos estudos das estimativas de Recursos Minerais para o Complexo Palito (sendo o depósito Palito e depósito jazida São Chico), elaborada de acordo com a norma da CIM e Instrumento Nacional Canadense NI 43-101 com data de vigência em 30 de junho de 2023, elaborado pela NCL Consultoria em Ingenieria en Minas, de Santiago, Chile (“NCL”).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 21 de junho de 2024.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real que é a moeda funcional adotada pela Companhia. Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o numeral mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** – avaliação do preço de realização dos estoques e cálculo da provisão para perda ao valor recuperável dos estoques (NRV);
- **Nota explicativa 8** - mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa 9** - mensuração da amortização pela vida útil do ativo intangível: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração da provisão para contingência: principais premissas em relação sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;

- **Nota explicativa 17** - reconhecimento e mensuração de provisões para desmobilização de ativos – ARO: principais premissas em relação sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos. Reservas minerais e vida útil das minas: A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas, conforme divulgado na nota explicativa 17. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

d. Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens a seguir de forma a melhorar a qualidade da divulgação das demonstrações contábeis aos usuários e seus efeitos foram considerados imateriais pela administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

Demonstrações do resultado

Apresentação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e Custos de tratamento e remessa como parte do custo do produto vendido. Anteriormente, os referidos custos encontravam-se apresentados como dedução da receita de vendas.

Demonstrações do resultado	31/12/2022		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas	269.950.723	9.513.060	279.463.783
Custo dos produtos vendidos	(209.025.041)	(9.513.060)	(218.538.101)
Lucro líquido do exercício	11.080.398	-	11.080.398

3. Políticas contábeis materiais adotadas

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas Demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Segmento operacional

Em função da concentração de suas atividades preponderantes de pesquisa e extração de minérios e minerais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio de resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações

subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso

da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

c. Redução ao valor recuperável - (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando relevante.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou, o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos a recuperar, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e. Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização

A Serabi Mineração S.A. utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

f. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso, calculadas com base no método de depreciação linear considerando as vidas úteis divulgadas abaixo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

É constituída depreciação para todo o imobilizado, à exceção dos terrenos que não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social. As taxas de depreciação são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue:

Desmobilização	Anos
Veículos	4 a 8 anos
Edificações	25 anos
Recursos Minerais/Estrutura de Mina	15 anos
Imobilizados de Produção	4, 5 e 10 anos
Máquinas e Equipamentos	3, 7 e 10 anos
Outras	4 a 10 anos

O ganho ou perda decorrente da alienação ou do sucateamento de ativo é determinado como a diferença entre os resultados das vendas, líquidos de custos de comercialização, e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

g. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método de unidade de produção baseado na vida útil da mina, e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

- **Gasto desenvolvimento de pesquisa:** refletem, basicamente, os gastos com atividades de desenvolvimento, pesquisas geológicas, necessárias ao estudo de viabilização de novos projetos de extração, mensurados ao custo. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto;

- **Gasto de exploração de recursos minerais:** os gastos de exploração são reconhecidos no resultado como despesas operacionais quando incorridos.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

i. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio à vista da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

k. Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica – ARO

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar recuperação resultantes de distúrbios ambientais, com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes. A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis, e, quando há uma estimativa confiável das obrigações.

l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

m. Imposto de renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

o. Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

p. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

q. Receitas

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Como a parte majoritária das vendas da Companhia envolvem frete FOB (Free-on-Board), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador.

Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

r. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial sobre o contas a pagar de terceiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

s. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

Como Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Direito uso

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, e subsequentemente pelo custo menos

qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, ou taxa de renda fixa aplicáveis os títulos do governo.

Geralmente, a Companhia usa sua taxa média incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, quando aplicável, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Apresentação no balanço

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamentos" no balanço patrimonial.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

a) Alteração na Norma CPC 50 - contratos de seguros

° O CPC 50 foi emitido em 2017 e substituiu o CPC 11 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

° O CPC 50 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes do CPC 50, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que ° o CPC 50 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção do CPC 50 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na Norma /CPC 26 - apresentação das demonstrações contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações do CPC 26, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na Norma CPC 32 - tributos sobre o lucro

i. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações ao CPC 32, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto em um ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da CPC 06). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

ii. Reforma tributária internacional – regras do Modelo Pillar Two

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Empresa não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na Norma / CPC 23 - políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros

As alterações ao CPC 23, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração em uma informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa

3.13.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) **Alterações na Norma CPC 06 (R2)** - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) **Alterações na Norma CPC 26** - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) **Alterações na Norma CPC 26** – esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) **Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)** – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; e

e) **Alterações no CPC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	2.897.275	9.696.408
Aplicações financeiras (a)	<u>11.471.133</u>	<u>3.544.646</u>
	<u>14.368.408</u>	<u>13.241.054</u>

As disponibilidades estão representadas basicamente por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha.

(a) As aplicações financeiras em 2023 e 2022 tinham as seguintes naturezas e remunerações:

	Taxa de juros média (a.a.)	2023	Taxa de juros média (a.a.)	2022
Certificado de Depósito Bancário - CDB	11,65%	<u>11.471.133</u>	13,65%	<u>3.544.646</u>
		<u>11.471.133</u>		<u>3.544.646</u>

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Cientes Mercado Interno	182.228	10.000
Cientes – Partes relacionadas – Mercado externo - Nota 14	<u>135.383.823</u>	<u>130.823.337</u>
	<u>135.566.051</u>	<u>130.833.337</u>

Saldo de Clientes Mercado Externo se refere a vendas realizadas à controladora. A liquidação dos montantes em aberto é planejada para ocorrer em 2024. A Companhia não faz provisão para quaisquer perdas de valores a receber.

Os valores a receber são solicitados de acordo com a necessidade de caixa e não permanecem em aberto por mais de um ano.

A composição do saldo das contas a receber classificadas por vencimento encontra-se detalhada abaixo:

<i>Aging list</i>	2023	2022
A vencer	135.566.051	130.833.337
Vencidos até 30 dias	-	-
Vencidos até 180 dias	-	-
Vencidos acima de 180 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>135.566.051</u>	<u>130.833.337</u>

6. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Matéria prima – ouro	665.649	60.950
Material de suprimento	14.280.770	17.511.391
Produtos em Elaboração	18.041.578	10.824.139
Produtos Acabados	7.958.196	4.382.815
	40.946.193	32.779.295

Em 31/12/2023 a Companhia não identificou indicadores dos itens de estoque nos quais podem estar reconhecidos contabilmente acima do valor líquido realizável (NRV).

7. Impostos diretos e indiretos a recuperar

	2023	2022
Circulante		
Impostos indiretos		
ICMS a recuperar - CIAP (a)	1.548.765	537.593
PIS a recuperar	141.545	734.106
COFINS a recuperar	550.514	1.650.068
	2.240.823	2.921.767
Impostos diretos		
IRPJ - Pagos por estimativa	2.576.740	-
CSLL - Pagos por estimativas	885.607	-
	3.462.347	-
Não Circulante		
ICMS a recuperar - CIAP (a)	-	1.612.781
ICMS a recuperar (b)	30.180.051	29.220.581
(-) Provisão Deságio	(7.975.149)	(7.975.149)
	22.204.902	22.858.213

- (a) Os créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento são controlados separadamente, são entradas referente a compra de ativo imobilizado.

A Companhia consegue utilizar seus débitos tributários por meio de compensação com outros tributos devidos.

- (b) A compensação dos créditos de ICMS está vinculada diretamente ao pedido protocolado pela Companhia junto a Secretaria do Estado da Fazenda do Pará, que foi realizado em 2020, sem alteração para 2023.

Para o período findo em 2023, a administração não alterou a expectativa de recuperação dos saldos.

Veja abaixo a movimentação dos saldos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(7.975.149)	(8.180.640)
Provisão ICMS		
Atualização	-	(5.949.441)
Reversão	-	6.154.932
	<u>(7.975.149)</u>	<u>(7.975.149)</u>
Saldo final	(7.975.149)	(7.975.149)

O percentual definido para provisão de perda de ICMS foi estabelecido pela administração, considerando a prática normal de mercado, e a aplicação de deságio na comercialização. A Companhia optou por considerar a realização de 30% de deságio.

8. Imobilizado

	Veículos	Edificações	Máquinas e Equipamentos Leves	Máquinas e Equipamentos Pesados	Recursos Minerais / Estrutura Mina	Imobilizações em Andamento (b)	Provisão Reabilitação Mina	Total
Custo ou Avaliação								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.669.074	411.175	8.416.030	17.090.771	75.056.655	22.234.430	9.438.607	148.316.742
Aquisição	7.468.924	499.770	2.063.107	16.609.933	10.450.403	11.917.059	-	49.009.196
Depreciação	(2.586.865)	(535.930)	(2.292.164)	(3.102.727)	(7.178.844)	-	(869.776)	(16.566.306)
Baixa	985.061	-	64.462	(147.209)	-	(1.449.144)	(6.131.124)	(6.677.954)
Transferências/Apropriações	(1.615.078)	1.601.595	6.383.935	41.870	3.829.935	(10.242.257)	(2.437.707)	(2.437.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.921.116	1.976.610	14.635.370	30.492.638	82.158.149	22.460.088	-	171.643.971
Custo Total	34.646.355	4.124.546	34.881.910	37.884.122	115.512.255	22.460.088	1.477.076	250.986.352
Depreciação Acumulada	(14.725.239)	(2.147.936)	(20.246.540)	(7.391.484)	(33.354.106)	-	(1.477.076)	(79.342.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.921.116	1.976.610	14.635.370	30.492.638	82.158.149	22.460.088	-	171.643.971
Aquisição	1.736.187	-	3.497.176	1.377.996	10.918.027	3.959.515	5.431.319	26.920.220
Depreciação	(2.768.815)	(650.683)	(2.127.386)	(3.880.210)	(4.223.120)	-	-	(13.650.214)
Baixa (b)	(2.861.033)	756.468	107.665	(3.324.348)	-	(302.668)	-	(5.623.916)
Transferências/Apropriações	(22.118)	13.228.473	(1.868.088)	8.079.019	5.067.842	(24.485.128)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.005.338	15.310.868	14.244.737	32.745.095	93.920.898	1.631.807	5.431.319	179.290.061
Custo Total	29.020.962	17.002.582	29.310.986	45.178.399	131.498.124	1.631.807	6.908.395	260.551.255
Depreciação Acumulada	(13.015.625)	(1.691.714)	(15.066.249)	(12.433.304)	(37.577.226)	-	(1.477.076)	(81.261.194)
Valor Contábil	16.005.338	15.310.868	14.244.737	32.745.095	93.920.898	1.631.807	5.431.319	179.290.061

(a) O imobilizado em andamento é composto basicamente por melhorias realizadas na mina, como por exemplo obras nas plantas de britagem e concentração. As obras realizadas são concluídas em até 12 meses.

(b) Em setembro/23 foi concluído o inventário físico para a totalidade dos imobilizados da Companhia, em que foram reavaliadas as taxas, vida útil, através de serviços de consultores externos especializados e apoio dos colaboradores que atuam nas áreas operacionais da Companhia. As baixas de ativos incluem efeitos decorrentes do inventário físico realizado em 2023.

9. Intangível

	Pesquisas Geológicas	Direitos Minerários	Despesas Pré Operacionais	Total
Custo ou Avaliação				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.993.219	1.385.625	-	68.378.844
Amortização	(2.920.660)	(336.546)	-	(3.257.206)
Baixas	-	-	-	-
Ajuste	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.147.030	1.049.079	-	69.196.109
Custo Total	94.164.240	4.047.030	30.130.277	128.341.547
Amortização Acumulada	(26.017.210)	(2.997.951)	(30.130.277)	(59.145.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.147.030	1.049.079	-	69.196.109
Aquisição	2.684.533	-	-	2.684.533
Amortização	(2.020.864)	(232.863)	-	(2.253.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	68.810.700	816.216	-	69.626.916
Custo Total	96.848.774	4.047.030	30.130.277	131.026.081
Amortização Acumulada	(28.038.074)	(3.230.814)	(30.130.277)	(61.399.165)
Valor Contábil	68.810.700	816.216	-	69.626.916
Taxas anuais de depreciação	(Ocz Prod.) 0,63%	(Ocz Prod.) 0,63%	(Ocz Prod.) 0,63%	

Em 2023 manteve-se a sistemática de cálculos e reconhecimentos da amortização sobre os Direitos Minerários e Pesquisas Geológicas, com base nas “Onças produzidas” no período.

- (a) O empréstimo foi realizado na instituição financeira Itaú, com vencimento aconteceu em maio/2023. A taxa de juros do empréstimo é 6.56% a.a. Temos como garantia o saldo de contas a receber, total em dólar USD 5.755.316. A Companhia captou novo empréstimo com a instituição Santander em fev/2023, a taxa de juros é 7,81 a.a.
- (b) Os prazos dos contratos de Finame variam e têm vencimentos até o ano de 2025, são 10 contratos com o fornecedor Epiroc em EUR e 1 Contrato com o fornecedor Resemin em USD. Foram assinadas promissórias em forma de garantia dos financiamentos.
O cronograma de pagamentos está detalhado na nota explicativa 26 item (ii) Risco de liquidez.

11. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	12.000.362	9.922.945
	12.000.362	9.922.945

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	2.800.208	2.675.703
Pensão alimentícia	-	-
FGTS a recolher	453.820	426.580
INSS a recolher	972.343	1.099.612
IRRF s/ Fopag	17.952	20.272
Outros	770.052	765.362
	5.014.375	4.987.529
Provisões		
Provisão para férias	3.336.357	3.346.770
Provisão FGTS sobre férias	487.057	417.835
Provisão INSS sobre férias	2.278.911	2.007.562
	6.102.325	5.772.167
	11.116.700	10.759.696

13. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	50.827.807	43.544.861
	50.827.807	43.544.861

A Companhia provisionou ao longo do exercício de 2023 o montante de R\$ 7.282.946 em dividendos relacionados ao exercício (R\$1.693.258 em 31 de dezembro de 2022).

Conforme Estatuto Social da Companhia poderão ser distribuídos, até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, mediante aprovação da maioria dos acionistas em assembleia.

14. Partes relacionadas

2023

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Mútuo	Mútuo(a)	Dividendos a pagar	Receita	Compras
Serabi Mining (Gold) PLC	135.383.823	-	11.300.503	50.827.807	27.489.595	
Chapleau Exploração Mineral	-	55.002.940	-	-	214.045	2.925
Gold Aura do Brasil Mineração	-	-	264.423	-	-	-
Total	135.383.823	55.002.940	11.564.926	50.827.807	27.703.640	2.925

2022

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Mútuo	Mútuo(a)	Dividendos a pagar	Receita	Compras
Serabi Mining (Gold) PLC	130.823.337	-	12.179.200	43.544.861	2.406.545	-
Chapleau Exploração Mineral	-	46.902.940	-	-	3.257.351	145.840
Gold Aura do Brasil Mineração	-	-	264.423	-	-	-
Total	130.823.337	46.902.940	12.443.623	43.544.861	5.663.896	145.840

- (a) Os saldos de mútuos entre empresas do grupo, são parte em moeda USD e parte em moeda R\$, não possuem prazo de vencimento, e não há incidência de juros e foram feitos para suportar as operações. Há expectativa de pagamento da totalidade dos saldos à controladora e as outras partes relacionadas. Veja movimentação abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.290.571
Adições	-
Pagamentos	-
Compensações com saldos ativos	(846.948)
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.443.623
Adições	-
Pagamentos	(878.697)
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.564.926

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
2023					
Mútuo	-	-	-	11.564.926	11.564.926
	-	-	-	11.564.926	11.564.926
2022					
Mútuo	-	-	-	12.443.623	12.443.623
	-	-	-	12.443.623	12.443.623

15. Remuneração do pessoal chave da administração

A Remuneração dos Diretores e Conselho da Administração que corresponde a benefícios de curto prazo (rendimentos e diárias de viagens) foi de R\$ 735.182 (R\$ 698.920 em 2022).

No exercício de 2023 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato, nem remuneração baseada em ações.

16. Provisão para contingências

	2023	2022
Trabalhista	530.330	-
Tributária	4.215.258	5.679.196
	4.745.588	5.679.196

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgiram no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

O processo que contempla maior parte do saldo se refere ao processo de PIS e COFINS no montante de R\$ 4.2 milhões. A Serabi foi submetida a um processo de revisão junto à Receita Federal do Brasil relativo ao PIS/COFINS do período 2006-2012. O PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são exigíveis sobre as receitas geradas. Como exportadora, a Serabi não é tributada pelo PIS e COFINS sobre suas vendas. A companhia determinou, com base em seu parecer jurídico mais recente, que provavelmente este processo esteja sujeito a um longo processo judicial que pode levar até cinco anos para ser concluído. Embora a Serabi tenha apresentado documentos

eletrônicos para ter direito ao reembolso deste imposto, as autoridades estão exigindo cópias físicas em papel que, devido ao período de tempo, não estão mais prontamente disponíveis.

A Companhia ajustou as provisões do exercício de 2023, suportada pelos controles de probabilidade de ocorrências dos processos para 2024.

	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>2023</u>
Processo trabalhistas	-	858.838	(328.508)	530.330
Processos tributários	5.679.196	-	(1.463.938)	4.215.258
	<u>5.679.196</u>	<u>5.146.013</u>	<u>(1.792.446)</u>	<u>4.745.588</u>

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 além dos valores anteriormente mencionados, foram identificados os montantes de R\$ 5.670.530 (R\$ 16.070.355 em 2022) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

17. Provisão para Recuperação Socioambiental

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para reestruturação ambiental	<u>12.103.880</u>	<u>6.294.869</u>
	<u>12.103.880</u>	<u>6.294.869</u>

O Plano de Fechamento de Mina (PFM), no montante de R\$ 14.233.315 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que foi trazido a valor presente utilizando-se a taxa NTN-B, adicionada à inflação de longo prazo (IPCA projetada). O período considerando no fluxo de caixa compreende entre 01/2022 a 12/2037. Os valores foram à Agência Nacional de Mineração-ANM, e contém as informações a respeito das diretrizes que compõem o plano de fechamento de sua mina.

O Plano de Fechamento de Mina é um instrumento de gestão ambiental, social e industrial que reúne as informações técnicas, os projetos e as ações que permitem atingir condições ambientais aceitáveis e seguras, descomissionamento das estruturas industriais, além de previsão de remanejamento ou demais alternativas para os empregos e postos de trabalhos após o encerramento das atividades minerárias.

O fechamento é programado de modo a se obter a estabilização física, biótica, socioeconômica e institucional do empreendimento. Para tal, o projeto contempla os itens necessários para garantir:

1. proteção à saúde humana e o meio ambiente mediante a manutenção da estabilidade física e química das estruturas;

2. a reutilização das terras a medida que as operações mineiras sejam concluídas
3. a resposta adequada de reação social e econômica pela desativação do empreendimento, tanto para o quadro funcional como para a comunidade em que está inserido empreendimento.
4. a segurança de todas as estruturas;
5. a minimização dos impactos negativos do fechamento;
6. condições adequadas de integração das áreas de fechamento com os ecossistemas vizinhos (fauna e flora);

Cabe destacar que o cenário inclui:

1. Remoção total das estruturas de apoio e edificações, com exceção da guarita que servirá, no primeiro momento para controle da entrada e saída do empreendimento;
2. Manutenção dos acessos principais;
3. Revegetação da Cava e Estrutura final de pilha;
4. Desmobilização dos equipamentos que são em sua totalidade terceirizados; e
5. Monitoramento previsto para os pós fechamento de pelo menos 5 anos.

Não serão consideradas receitas obtidas com a possibilidade de venda de equipamentos pertencentes ao beneficiamento, assim como sucatas que deverão ser definidos em momento efetivo de fechamento e devem ser imateriais em relação ao total dos custos.

A Provisão de Reabilitação ambiental foi estabelecida para cobrir qualquer descomissionamento e reabilitação ambiental, obrigatoriedade das minas Palito, São Chico, o escopo da provisão depende da vida útil da mina e do minério extraído. Ao calcular a provisão de reabilitação, a administração considera a data prevista de fechamento com base no último relatório de estimativas de recursos minerais. Além disso, os custos futuros envolvidos no desmantelamento, terraplenagem, monitoramento contínuo, o desmatamento e a revegetação são baseados em cotações e/ou nas melhores estimativas da administração.

Para o cálculo os custos foram inflacionados utilizando taxa de inflação de 3,90%, (6,00% em 2022) e uma taxa descontada de 9,51% (12,20% em 2022), sendo a taxa de títulos do governo no momento do cálculo.

A movimentação da provisão para recuperação socioambiental está demonstrada a seguir:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	<u>12.341.219</u>
Circulante	-
Não Circulante	12.341.219
Adições	-
Remensuração	(6.131.124)
Reversão	(622.099)
Atualização Monetária	706.873
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>6.294.869</u>
Circulante	-
Não Circulante	6.294.869
Adições – remensuração	5.431.319
Atualização Monetária	377.692
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>12.103.880</u>
Circulante	-
Não Circulante	12.103.880

18. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$ 149.599.063 dividido em 149.599.063 ações ordinárias nominativas.

A Companhia constitui reserva de capital referente a parcela de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), pelo compromisso firmado na concessão do benefício do lucro da exploração, de não distribuir dividendos correspondentes a esta redução, que deverá ser totalmente reinvestida nas suas operações.

(i) Dividendos

A Companhia provisionou ao longo do exercício de 2023 o montante de R\$ 7.282.946 em dividendos relacionados ao exercício (R\$1.693.258 em 31 de dezembro de 2022).

Conforme Estatuto Social da Companhia poderão ser distribuídos, até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, mediante aprovação da maioria dos acionistas em assembleia.

(ii) Reserva de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuição de lucros, conforme deliberado pelos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia acumulou lucro de R\$ 150.045.715 (R\$ 128.196.877 em 31 de dezembro de 2022), o qual foi destinado para a reserva de lucros.

(iii) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

19. Receitas líquidas de vendas

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais		
Receita de vendas - Mercado externo	146.927.011	142.138.478
Receita de vendas - Mercado Interno	123.723.189	160.863.579
Receita de vendas - Partes Relacionadas (a)	27.489.595	2.406.545
	298.139.795	305.408.602
Deduções da receita		
Impostos incidentes	(18.876.666)	(18.723.392)
Descontos concedidos	(7.019.615)	(7.221.427)
	(25.896.281)	(25.944.819)
	272.243.514	279.463.783

- (a) A Chapleau, empresa do grupo, não possui planta de beneficiamento, todo minério extraído é enviado para a planta de Palito para que seja feito o beneficiamento mineral. Tal beneficiamento é para a transformação do Minério bruto em Bullion. Ao final do processo, a Serabi emite uma nota de industrialização para a Chapleau, com os custos deste processamento, e a Companhia é a responsável pela realização da venda deste Bullion.

As receitas apuradas referem-se à produção de concentrado contendo os minérios de ouro, prata e cobre, bem como de ouro em barra (bullion doré). A destinação final é a Alemanha para o produto concentrado, onde vendemos para a parte relacionada Serabi PLC, com entrega física para este destino. Já para o produto bullion, a venda é feita para o mercado interno, equiparada a exportação, sendo o principal destino final o mesmo país, a Alemanha.

A Companhia vende todo o seu produto no mercado internacional e recebe pelo seu ouro e outros metais atrelados considerando preços do mercado mundial. Embora as receitas sejam denominadas em dólares americanos, a Companhia estima que 85% de seus gastos sejam realizados no Brasil, em reais. Portanto, exposto a qualquer correlação adversa entre o preço do ouro, em dólares americanos e a taxa de câmbio do real brasileiro.

20. Custo dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação e amortização	(12.477.311)	(18.675.726)
Prestadores de serviços	(41.757.609)	(40.578.995)
Custo com pessoal	(63.072.827)	(69.712.886)
Utilidades, manutenção e conservação	(6.581.665)	(5.499.196)
Energia Elétrica	(4.797.907)	(5.493.414)
Outras matérias primas e consumíveis	(3.022.564)	(3.486.885)
Reagentes químicos	(5.246.404)	(6.108.141)
Matérias-primas e materiais consumíveis	(25.408.554)	(33.308.033)
Combustível	(14.503.078)	(19.345.129)
Explosivos	(4.920.435)	(6.816.636)
Custos de tratamento e remessa	(6.950.749)	(5.135.112)
Provisão para ociosidade	(5.040.097)	-
Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	(3.648.168)	(4.377.948)
	<u>(197.427.368)</u>	<u>(218.538.101)</u>

Computam-se aos custos das mercadorias vendidas, os custos diretos e indiretos apurados nos setores produtivos da mina subterrânea e Planta de beneficiamento, abrangendo a extração, movimentação, britagem, moagem e processamento do minério com teores de ouro, cobre e prata contidos.

21. Despesas administrativas e gerais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos com mão de obra	(5.575.199)	(5.158.645)
Contratos serviços, aluguéis	(11.132.655)	(12.158.421)
Hospedagens e viagens	(475.673)	(437.831)
Despesas administrativas	(1.595.248)	(1.980.788)
Depreciação e amortização	(289.544)	(1.198.048)
Outros	(1.074.305)	(6.974.008)
	<u>(20.142.624)</u>	<u>(27.907.742)</u>

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas		
Venda de ativos	1.764.152	186.116
Recuperação de despesas	149.866	1.523.843
Reversão de provisão	584.269	(14.778)
	<u>2.498.287</u>	<u>1.695.181</u>
Outras despesas		
Provisão para Contingências	-	(5.632.768)
Resultado líquido de venda de imobilizado (a)	(3.815.679)	1.199.215
Outras despesas	(551.621)	557.711
Contingências tributárias	(62.004)	(53.187)
Baixa de ativos fixo	(695.664)	(470.195)
	<u>(5.124.968)</u>	<u>(4.399.224)</u>
	<u>(2.626.681)</u>	<u>(2.704.043)</u>

- (a) A Serabi vendeu imobilizados para terceiros e Intercompany em 2023, são bens que não tem mais utilidade na produção ou se encontra obsoleto.

23. Receitas financeiras, líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas Financeiras		
Juros ativos	619.056	641.994
Descontos obtidos	25.142	725.390
Variação cambial ativa	27.706.684	36.972.455
Outras receitas financeiras	2.895	-
	<u>28.353.777</u>	<u>38.339.839</u>
Despesas Financeiras		
Multas e Juros	(496.069)	(50.397)
Multas e Juros financiamentos	(22.522)	(726.460)
Provisão Juros Empréstimo	(2.250.433)	(1.093.889)
Multa e Juros ICMS	-	(5.249.565)
Provisão Multa e Juros ICMS Diferencial de Alíquota	(246.091)	(4.150.083)
Despesas e tarifas bancárias	(51.746)	(61.006)
Variação Cambial passiva	(38.659.207)	(45.132.830)
Juros Sobre Arrendamento	(26.174)	(41.302)
	<u>(41.752.242)</u>	<u>(56.505.532)</u>
	<u>(13.398.465)</u>	<u>(18.165.693)</u>

24. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido antes dos tributos sobre o lucro	38.648.376	38.648.376	12.148.204	12.148.204
Base de cálculo	38.648.376	38.648.376	12.148.204	12.148.204
Aliquota nominal	-25%	-9%	-25%	-9%
Tributos sobre o lucro nominal	(9.662.094)	(3.478.354)	(3.037.051)	(1.093.338)
(Adições) exclusões às despesas mominais				
Adições				
Provisão Reabilitação	(3.230.923)	(3.230.923)	(5.070.919)	(5.070.919)
Variação Cambial	(38.652.665)	(38.652.665)	(29.417.791)	(29.417.791)
Outros	(693.871)	(693.871)	(6.154.932)	(6.154.932)
Adições permanentes	(4.070.898)	(4.070.898)	-	-
	(46.648.357)	(46.648.357)	(40.643.642)	(40.643.642)
Exclusões				
Provisão Reabilitação	2.884.884	2.884.884	6.025.469	6.025.469
Variação Cambial	34.709.959	34.709.959	36.175.665	36.175.665
Contingências	1.226.367	1.226.367	-	-
Provisão para perda de crédito	-	-	7.496.204	7.496.204
Outros	695.150	695.150	7.496.204	7.496.204
	39.516.361	39.516.361	57.193.542	57.193.542
Lucro efetivo	31.516.380	31.516.380	28.698.104	28.698.104
Tributos sobre o lucro efetivo	(7.879.095)	(2.836.474)	(7.174.526)	(2.582.829)
Deduções IRPJ				
PAT -Programa de alimentação ao trabalhador	288.757	-	153.959	-
Lucro da Exploração	6.907.551	-	5.005.726	-
Tributos a pagar	(682.787)	(2.836.474)	(2.014.841)	(2.582.829)
Aliquota efetiva	-2%	-7%	-17%	-21%
Despesa com IR/CS corrente	(3.519.261)	(2.836.474)	(4.597.670)	(2.582.829)

A Companhia apurou IRPJ e CSLL, e utilizou-se do benefício lucro da exploração, obtendo redução no imposto de renda 75% dos valores apurados nesta sistemática.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía saldo a pagar em aberto correspondente à R\$ 422.890 (R\$ 3.092.953 em 2022) e saldos a compensar no ativo circulante de R\$ 3.462.347 decorrente de antecipações mensais (sem saldo de antecipação em 2022).

Impostos diferidos

A Companhia possui saldo líquido

	2022	Variação	2023
Ativo (Passivo) diferido			
Provisão para perda com ICMS	2.711.551	-	2.711.551
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.705.998	(361.038)	2.344.960
Provisão Reabilitação	2.140.255	117.653	2.257.909
Outras Provisões	506.186	19.093	525.279
Variação cambial	(2.509.017)	3.256.015	746.999
Total das diferenças temporárias	5.554.974	3.031.723	8.586.697

25. Instrumentos financeiros

Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	Nota	2023		2022	
		Custo amortizado 31/12/2023	Valor em 31/12/2023	Custo amortizado 31/12/2022	Valor em 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.368.408	14.368.408	13.241.054	13.241.054
Contas a receber	5	135.566.051	135.566.051	130.833.337	130.833.337
Mútuos a receber	13	55.002.940	55.002.940	46.902.940	46.902.940
		204.937.399	204.937.399	190.977.331	190.977.331
Total ativo		535.364.613	535.364.613	498.540.707	498.540.707
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	30.995.409	30.995.409	31.882.353	2.908
Fornecedores	11	12.000.362	12.000.362	9.922.945	9.922.945

Passivo de arrendamento		176.232	176.232	175.429	175.429
Dividendos a pagar		50.827.807	50.827.807	43.544.861	43.544.861
		63.004.401	63.004.401	53.643.235	53.643.235
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	727.190	727.190	4.368.240	4.368.240
Mútuos a pagar	14	11.564.926	11.564.926	12.443.625	12.443.625
Passivo de arrendamento		-	-	176.232	176.232
		12.292.116	12.292.116	16.988.097	16.988.097
Total passivo		152.298.916	152.298.916	146.352.901	146.352.901

A Companhia apresenta prazos médios de recebimento/pagamentos curtos e mantém suas disponibilidades em bancos de rating elevado, por esses motivos as variações do Custo Amortizado para Valor Justo em Caixa e bancos, Contas a receber de clientes e outros créditos e Fornecedores e outras contas a pagar foram considerados imateriais.

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

(i) Risco de crédito

Contas a receber e outros créditos

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes, quando aplicável, é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal.

Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

A companhia solicita os recebimentos das vendas de acordo com a necessidade de caixa, não mantidos mais de um ano.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 14.368.408 (R\$13.241.054 em 31 de dezembro de 2022).

O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem o rating abaixo, baseado em agências classificação de risco:

Instituições Financeiras	Rating	
	S&P	Fitch
Itau S.A.	AAA	AAA
Santander	AAA	A-
Bradesco	AAA	AAA
Banco do Brasil	BB-	BB-

(ii) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

2023	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	12.000.362	-	-	-	12.000.362
Empréstimos e Financiamentos	30.995.409	-	727.190	-	31.722.599
Passivo de Arrendamento	176.232	-	-	-	176.232
Mutuos a pagar	-	-	-	50.827.807	50.827.807
	43.172.003	-	727.190	50.827.807	94.727.000

2022	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	9.922.945	-	-	-	9.922.945
Empréstimos e Financiamentos	31.882.353	-	4.368.240	-	36.250.593
Passivo de Arrendamento	175.429	176.232	-	-	351.661
Mutuos a pagar	-	-	-	43.544.861	43.544.861
	41.980.727	176.232	4.368.240	-	90.070.060

(iii) Risco de mercado

A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e variação cambial.

Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em

sua grande maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD). As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são USD.

Nestes termos, foi realizada a análise de sensibilidade dos efeitos da variação das taxas de câmbio nos resultados da Companhia em cenários de depreciação do Real ante o Dólar:

	Nota	Valor Exposto	Variação Índices		
			Cenário I Alta 15%	Cenário II Alta 25%	Cenário III Alta 50%
			CDI 11,65	CDI 11,65	CDI 11,65
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.368.408	251.088	418.480	836.960
		14.368.408	251.088	418.480	836.960
Total ativo		14.368.408	251.088	418.480	836.960
Passivo					
Circulante					
Financiamentos	10	30.995.409	541.645	902.741	1.805.483
		30.995.409	541.645	902.741	1.805.483
Não circulante					
Financiamentos	10	727.190	12.708	21.179	42.359
		727.190	12.708	21.179	42.359
Total passivo		31.722.599	554.352	923.921	1.847.841
Exposição líquida		17.354.191	303.264	505.441	1.010.882

Passivo Exposto	Moeda	Saldo em Moeda Estrangeira	Taxa de câmbio	Cenário II Depreciação 15%	Cenário II Depreciação 25%	Cenário III Depreciação 50%
			5,3516	6,15434	6,6895	8,0274
Empréstimos e Financiamentos	EUR	1.750.546	9.368.223	1.405.233	2.342.056	4.684.112

Passivo Exposto	Moeda	Saldo em Moeda Estrangeira	Taxa de câmbio	Cenário II Depreciação 15%	Cenário II Depreciação 25%	Cenário III Depreciação 50%
			4,8413	5,567495	6,051625	7,26195
Empréstimos e Financiamentos	USD	216.221	1.046.788	157.018	261.697	523.394

(iv) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

26. Transações que não envolveram caixa

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Efeito de novos arrendamentos	-	499.770
Adições de imobilizado financiados	-	10.352.435
Adição do descomissionamento mina	5.431.319	-
Reversão do descomissionamento mina	-	(6.131.124)
Impostos a recuperar	-	5.249.565
Dividendos	(7.282.946)	(1.693.258)
	<u>(1.851.627)</u>	<u>8.277.388</u>

27. Eventos subsequentes

Conforme mencionado na Nota 1, em maio de 2023 a Serabi e a Salobo Metais S.A firmaram uma aliança estratégica para uma potencial parceria de exploração de cobre contemplando determinados negócios envolvendo os ativos da Serabi localizados na Região do Tapajós, incluindo metas conhecidas como Matilda, Cinderela, Ganso, Calico e Forquilha. O projeto foi dividido em fases, sendo a fase 1 a realização de pesquisas mineirais que ocorreu durante o ano de 2023.

Entretanto, em março de 2024, a Salobo Metais informou a interrupção da aliança de exploração de cobre, encerrando o contrato anteriormente firmado. Não há qualquer passivo ou recebível em aberto associado à referida interrupção da aliança, bem como não há ativos associados ao referido projeto que pudessem resultar em provisão para perda do valor recuperável a ser reconhecida.

Administração

Lucimar Martins
Diretor

Juliana Spalenza Chaves
CRC/MG-105781/O-3
Contadora responsável